

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.365 - RJ (2019/0281785-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO EST.DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : GUSTAVO AREAL PIRES - RJ136014
RECORRIDO : ALAIR DE BARROS MARQUES PALMEIRA - ESPÓLIO
REPR. POR : VANIA PALMEIRA TAMUSSINO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : MARCELO VIEIRA PAULO - RJ084472
CLAUDIO AUGUSTO SILVA LACERDA - RJ149544

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC/2015. CARÁTER PROTETÓRIO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. MULTA DEVIDA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRJ, assim ementado (fl. 509):

APELAÇÃO. Demanda em que se questiona a retomada de cadeiras perpétuas do Maracanã, desrespeitado o alegado direito real de uso da parte autora. Sentença de procedência. Insurgência do réu. Questões preliminares que se confundem com o mérito. Em que pese a natureza pública do direito envolvido, devem ser resguardadas as garantias individuais, com a justa indenização do titular preterido. Princípio da reserva de plenário que não se aplica ao juízo monocrático de primeiro grau, sendo igualmente dispensável à esfera recursal quando a matéria já houver sido apreciada pelo órgão especial ou cortes superiores. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela impossibilidade de alteração unilateral do contrato havido entre as partes, no julgamento do RE 81923/RJ. Inexistência de perda de objeto em razão do término da Copa do Mundo de 2014, eis que permanece o interesse de declaração do direito, a fim de viabilizar uma eventual conversão em perdas e danos. Muito embora a previsão de ressarcimento constante do Decreto nº 44.236/2013, não houve tal demonstração pelo réu. Demais temas suscitados, em especial no que tange à especificação de execução do pleito acolhido ou localização das cadeiras perpétuas, que dizem respeito à liquidação do julgado e deverão ser suscitadas na fase de cumprimento de sentença. Precedentes. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, majorada a verba sucumbencial ao patamar de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), respectivamente, conforme arts. 1.026, §2º, e 85, §11, do CPC/2015.

O recorrente alega violação dos artigos 1.022 e 1.025 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes

Superior Tribunal de Justiça

ao deslinde da controvérsia.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos seguintes artigos: (a) 4º, 1.009 e 1.013 do CPC/2015, tendo em vista a existência de interesse recursal em razão da condenação em perdas e danos, a qual decorreu de *reformatio in pejus* após a interposição de declaratórios em face da sentença; e (b) art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, sob o fundamento de que os embargos de declaração possuíam claro objeto de elucidar omissão contida no acórdão, o que impede a consideração dos mesmos como protelatórios, sendo descabida a multa aplicada

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 616-617.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão não merece prosperar.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente não apresentou qualquer argumento a ensejar a apreciação da ofensa ao referido normativo. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Em relação aos artigos 4º, 1.009 e 1.013 do CPC/2015 não é possível conhecer do recurso especial, porquanto os dispositivos indicados como malferidos não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

Quanto à multa do artigo 1.026, §2º do CPC/2015, o recorrente sustenta a necessidade de reforma do acórdão *a quo*, sob o fundamento de que ficou demonstrado que os embargos de declaração objetivavam somente suprir omissões no acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

O Tribunal de origem ao analisar o tema sobredito, registrou, *in verbis* (fls. 546-547 e-STJ):

De outro giro, cabe considerar que o órgão julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram, quando já tenha formado juízo de convencimento, ainda que contrário às teses da embargante. Da mesma forma, já decidiu a 1ª do STJ, no AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, *in verbis*:

[...]

Frise-se que tal entendimento não se encontra em desacordo com o previsto no artigo 489, inciso IV do C.P.C./2015. Isso porque, a nova previsão legal determina que o magistrado deve enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo que sejam capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada no julgado, estando na mesma linha do entendimento já adotado antes de sua vigência.

Quanto à suscitada contradição, vale esclarecer que a mesma haveria de verificar-se entre os termos do próprio decisum embargado, ou entre sua fundamentação e conclusão, não sendo os embargos de declaração a via adequada para "sanar" a alegada contradição entre a decisão e o entendimento da parte.

Nada obstante, inexistente aplicabilidade do princípio da vedação à *reformatio in pejus* em sede de oposição de embargos de declaração, razão pela qual a sentença restou mantida nesse aspecto. Quanto ao dano material, foi devidamente delineado e reconhecido, sobretudo ao fundamento de que inexistir perda de objeto com o fim da Copa do Mundo de 2014. No que se refere à localização das cadeiras, registrou-se que a matéria deve ser dirimida em cumprimento de sentença.

Portanto, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, bem

Superior Tribunal de Justiça

como estando ausentes os requisitos do artigo 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/2015, os embargos de declaração se revelam manifestamente improcedentes.

Por via de consequência, deflagrado o manifesto intuito protelatório dos aclaratórios, impõe-se a condenação dos embargantes individualmente em multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma preconizada pelo artigo 1.026, §2º, do CPC/2015.

Dessa forma, desconstituir essa conclusão demandaria revolvimento da matéria fático-probatória constante dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. Isto porque, a análise da violação do artigo 1.026, §2º, do CPC/2015 depende da análise do juízo de valor dado pelo juízo de origem, obstando o conhecimento da pretensão recursal consoante o teor da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator